



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

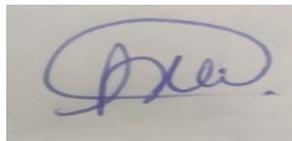


Ata 014/2025

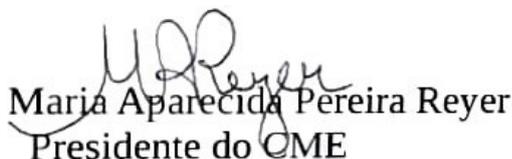
Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco reuniram-se na sede do CME os conselheiros Alexandre Souza, Dináh Quesada Beck, Janaína Domingues, Lisiane Ferreira de Lima, Mírian Pureza, Patrícia Noronha, Rita de Cássia Madruga de Souza, Sílvia Barreto Soares, a secretária Lílian Xavier Machado, a assessora técnica Jaqueline Micelle, presididos pela conselheira Maria Aparecida Reyer. Ausentes, por motivo justificado as conselheiras Camila Bottero, Cláudia Batista, Lisiane Kisner Silveira Torres e Viviane Maria Rodrigues da Fontoura. A reunião começou com a leitura e aprovação da Ata 013/2025. Também presente na reunião a assessora do Núcleo de Educação Infantil da SMEd, Maiara Mesquita Garcia. A seguir, foi repassada ao Pleno a seguinte correspondência recebida pelo CME: correspondência, datada de dezessete de junho de dois mil e vinte e cinco, encaminhada pela direção da Escola de Educação Infantil Fã de Criança, solicitando o prazo de quinze dias para o envio de documentação. Os conselheiros decidiram por conceder o prazo solicitado pela Escola. Após, a presidente relatou a todos reunião com pai de aluno da escola Salesianos, senhor Samuel Carone, militar e pai de dois estudantes autistas da referida escola, um dos quais aluno da Educação Infantil. Relatou o senhor Samuel que vem enfrentando problemas com a Escola desde o ano passado, quando da negativa de vagas para um dos filhos na Educação Infantil. Após judicializar a questão, o aluno foi matriculado. Agora, o responsável pelo estudante queixa-se das atitudes da direção da Escola em diminuir uma as turmas, redistribuindo os alunos para uma outra turma, ficando a turma em que se encontra seu filho na Educação Infantil com apenas um aluno típico e quatro alunos com necessidades especiais. O senhor Samuel relata que já teria tentado por diversas vezes resolver a questão junto à escola, porém sem sucesso. Ainda, acrescenta que a diminuição das crianças deve-se à transferência de escola de duas delas e o remanejamento pela direção da escola, sem qualquer reunião prévia com todos os pais, de estudantes da turma em que seu filho estuda para a outra turma de Educação Infantil. O senhor Samuel relata estar bastante indignado com a arbitrariedade da direção da Escola e acredita que seu filho esteja sendo vítima de preconceito. A presidente relatou que o pai do aluno apresentou ao CME um documento, muito bem embasado em termos legais, que pretende apresentar à Escola e aos órgãos os quais considerar pertinentes a fim de resolver o problema. A presidente acrescentou que o pai do estudante aparentava estar embriagado e que, num dado momento, mostrou que carregava consigo uma arma com a qual estaria indo à escola a fim de “fazer justiça com as

próprias mãos”, com o intuito de atentar, segundo ele, contra a vida do responsável por um dos alunos que solicitou mudança de turma e contra a direção da escola. A presidente também enfatizou que o senhor Samuel limitou-se a mostrar-lhe arma, mas em nenhum momento praticou qualquer ato de intimidação ou de violência contra a presidência ou as funcionárias do CME . A presidente, após esse relato, solicitou o contato da direção do Salesianos para debater sobre o assunto. Após o contato com a diretora da Escola Salesianos, a presidente informou que a direção pretende unificar as turmas de Educação Infantil. O Pleno também decidiu que tão logo o senhor Samuel ecnaminhe pelo canais oficiais o documento citado, este CME deverá enviá-lo ao Ministério Público. A conselheira Sílvia sugeriu que a presidente leve ao conhecimento do superior do senhor Samuel, na Marinha, o estado psicológico em que o mesmo se encontra a fim de que receba o apoio necessário. A conselheira Patrícia classificou a atitude do pai do aluno como violenta e que este CME não pode fechar os olhos diante desta questão, tendo o risco de que uma atitude mais grave seja tomada por ele. Dando prosseguimento à pauta, a conselheira Rita informou que as escolas privadas de Educação Infantil receberam uma correspondência encaminhada pelo SINPRO, segundo a qual as escolas estariam sendo notificadas para permitir o livre acesso dos funcionários do SINPRO às dependências as escolas a fim de oferecerem os serviços daquele Sindicato. A conselheira Rita continuou seu relato dizendo que a Associação das Escolas Particulares de Educação Infantil solicitou umas reunião com o SINPRO, da qual participaram como representantes daquele Sindicato as senhoras Juliana, Marcele e Vanessa. Segundo a conselheira Rita, a reunião foi realizada em tom de ameaça às direções das escolas, com atitudes e falas intimidatórias e constrangedoras. A assessora técnica Jaqueline disse que os representantes de Sindicatos só podem adentrar aos estabelecimentos sindicalizados mediante a permissão do proprietário ao que a conselheira Patrícia concordou e aproveitou para esclarecer que, na época em que era proprietária de escola de Educação Infantil negou-se a fazer parte da Associação porque verificou que as reuniões daquela Entidade visavam “apedrejar” o trabalho realizado pelo CME. Ainda, acrescentou que, com o passar dos anos e principalmente pela fala da conselheira Rita, nota que na Associação evoluiu e acredita que o trabalho da conselheira Rita no CME em muito tenha contribuído para que a Associação passasse a ter uma nova visão do CME bem como do crescimento daquela Entidade. Por fim, a conselheira Patrícia disse que desconhece tal postura do SINPRO e discorda com a mesma. A conselheira Rita manifestou-se dizendo que concorda que, por ocasião do início da Associação das Escolas Particulares de Educação Infantil havia inúmeros embates uma vez que havia a participação de diferentes pessoas com pensamentos diversos. Acrescenta que houve, ao longo dos anos e do trabalho realizado, um grande crescimento da Associação. A conselheira

Rita também disse que informou ao SINPRO sobre o elevado número de escolas de Educação Infantil clandestinas e que não são visitadas por aquele Órgão. A assessora técnica Jaqueline propôs qe se encaminhe ofício ao SINPRO solicitando maiores esclarecimentos sobre a correspondência encaminhada às escolas, o que foi aceito por todos. Esgotada a pauta da reunião e nada mais havendo a tratar, eu, Lílian Xavier Machado, lavro a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pela Presidente.



Lilian Xavier Machado  
Secretária do CME



Maria Aparecida Pereira Reyer  
Presidente do CME